

HISTÓRIA E LITERATURA: a invenção da Nação

Joslan Santos Sampaio¹

RESUMO: Nesta pesquisa tentarei pôr em contato dois âmbitos de pesquisa inexoravelmente comunicantes: História e Literatura. Nesse sentido, proponho uma aproximação entre esses dois discursos – o histórico e o literário –, pensando na possibilidade interdisciplinar sem, no entanto, arranhar suas identidades, entendendo que ambos os campos foram articulados para a invenção de uma identidade nacional. Entendo que a articulação entre esses dois campos do saber, no período histórico supracitado, proporciona uma identidade comum a nação, que perpassa pela interpelação de uma formação discursiva, em que todos são construídos como “um”. Desta forma, o processo de construção da identidade cultural da nação deve ser entendido como fruto do discurso de um grupo, a partir de uma identidade discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; Nação.

A presente pesquisa se constitui no desdobramento dos estudos que venho desenvolvendo desde a graduação em História, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bem como na Especialização em Teoria e História Literária² (UESB) e no Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade (UESB) nível mestrado. Portanto, nas páginas seguintes, tentarei pôr em contato dois âmbitos de pesquisa inexoravelmente comunicantes: História e Literatura. Nesse sentido, proporemos uma aproximação entre esses dois discursos – o histórico e o literário –, pensando na possibilidade interdisciplinar sem, no entanto, arranhar suas identidades, entendendo que ambos os campos foram articulados para a invenção de uma possível identidade cultural e nacional nas primeiras décadas do século XX.

Em outras palavras, entendemos que a articulação entre esses dois campos do saber no período histórico supracitado, proporcionaria uma identidade comum a nação, que perpassa pela interpelação de uma formação discursiva em que todos são construídos como “um”. Pensados pelo intermédio inexorável de um povo nacional idêntico e homogêneo, sedimentado por uma pretensa universalidade sob a égide de uma isonomia, nos faz pensar em uma “invenção” discursiva, alicerçada em monturos de feixes enunciativos, seguindo a agudeza sofisticada de Foucault. Haja vista que, atualmente, as culturas nacionais se constituem como uma das principais fontes de identidade cultural.

Este trabalho será o espaço destinado para a discussão teórica no processo de construção da cultura nacional, entendida a partir da invenção de uma “identidade”, a partir da utilização da memória coletiva. Esta identidade será entendida como uma representação discursiva, que está sendo muito questionada, estando, por isso, no centro das discussões dos Estudos Culturais. Assim, contrariando os argumentos de muitos indivíduos que trabalharam para a construção da cultura nacional, em que, a partir daí, fizeram parecer que o brasileiro possuía práticas e mentalidades únicas e, portanto, possuindo uma identidade cultural pretensamente homogênea e inata, devemos salientar que não nascemos com identidades nacionais originárias, uma vez que elas são construídas e, por que não dizermos, inventadas.

A idéia de um homem (*sic*) sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiros é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece agora como tal.³

Eram, com estes discursos dos homens responsáveis pela construção do nacionalismo (a *inteligência* branca, burguesa e máscula)⁴, que as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas de forma subordinada. Isso acontece simplesmente porque a cultura espelha as relações presentes e passadas de um povo; da mesma maneira que nossa forma de viver muda, as expressões culturais também mudam, sobretudo, as maneiras pelas quais essa visão será representada.

Assim, os discursos acerca da construção de uma cultura nacional, pretensamente homogênea e universalizante, possuem a proposta de unir elementos distintos do ponto de vista social, racial e sexista, numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma família nacional, sublinhando, desta forma, um caráter de identidade entre os povos formadores desta cultura nacional e originária. Isso acontece simplesmente porque a cultura espelha as relações presentes e passadas de um povo; da mesma maneira que nossa forma de viver muda, as expressões e representações culturais igualmente mudam.

Não obstante, um discurso que se remonta a uma cultura nacional, por mais que tenha se nutrido de uma afirmativa memorial, nunca foi um ponto simples de união e identificação simbólicas. Ao invés de pensarmos as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como um discurso que representa a diferença como unidade ou identidade.

As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...). A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação.⁵

Desta forma, podemos afirmar que a identidade passa a ser descentrada, múltipla, cambiante, à deriva, caminhando por mudanças constantes, rápidas e permanentes nas sociedades modernas. Enfim, a identidade se modifica segundo o tratamento ou representação que são dispensados ao sujeito. Desta maneira, a construção de “uma” identidade perpassa pela discussão em torno do espaço destinado à produção “desta” identidade. Este local é a memória, que se configura enquanto *locus* da (re)construção das lembranças, fundamental para a construção ou invenção da idéia de “identidade”. Segundo Maurice Halbwachs, a memória é extremamente importante, devido à impossibilidade de recuperar o passado exatamente como aconteceu, uma vez que ela configura-se em um processo seletivo e, ao mesmo tempo, alijador, daquilo que deve ser lembrado e/ou esquecido, sedimentado pelo desejo preponderante de (re)construção, inserida em uma pretensa universalidade de um tempo homogêneo e vazio.

Tudo se passa aqui como no caso dessas amnésias patológicas que se referem a um conjunto bem definido e limitado de lembranças. (...) Mas poderemos dizer, assim, que o que está afetado é a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos de que se compõe a sociedade. Então separam-nos de um ou de alguns dentre eles, e deles unicamente. Todo o conjunto das lembranças que temos em comum com eles bruscamente desaparecem. Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam (HALBWACHS, 1990, p. 32).⁶

Assim, é dentro do grupo social que a memória se conserva. Esta idéia fortalece o sentido de coletividade, pois partimos de uma memória individual que está incondicionalmente atrelada a experiências e impressões de outros grupos. O que vale dizer que “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente uma ou mais correntes do pensamento coletivo”⁷. Portanto, é no espaço da memória que se configurará as lembranças das experiências coletivas, contribuindo para a “invenção” de “uma” identidade entre os grupos. Ratificando o nosso estudo⁸, a memória será o elemento de identificação entre os vários grupos distintos formadores da nação.

A memória, nesse sentido, se evidencia pela necessidade de poder. Ela está ligada, inexoravelmente, aos dispositivos encarregados de alimentar e gerir o poder. Em outras palavras, aqueles que detêm a memória, detêm, entretanto, o poder de inserir e/ou excluir, de formar a lembrança e/ou obliterá-la por meio do esquecimento. Entender os mecanismos que são erigidos pelos grupos dominantes, faz-nos compreender como a memória é manipulada para a “invenção” de identidades de povos e nações. Esta discussão, sobre a importância da memória para a construção ou “invenção” da identidade, nos remete a aprofundarmos e enveredarmos na esteira da discussão sobre o termo “invenção”. Este termo, que vem sendo comumente utilizado pela historiografia, ganha destaque devido ao fato de ele passar uma ideia de maturação das intercorrências humanas nos eventos históricos, ou seja, demonstra uma visão que os homens inventariam a identidade e uma cultura nacional, através de suas ações e suas representações.

Desta forma, o termo invenção, ratifica a ideia de que os homens responsáveis pela construção da identidade e da provável cultura nacional tenham encontrado a origem de uma possível identidade. Esta visão do termo afasta a ideia de influência dos efeitos naturais nos eventos históricos, dando total mérito à ação da (*inteligência* branca, burguesa e máscula), responsáveis pelo processo de construção da identidade e cultura nacional. Ratificando esta visão, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), afirma:

A palavra invenção, embora possa se referir ou enfatizar aspectos distintos do que seria fundamental na construção do conhecimento sobre o sublunar, remete estes conhecimentos e os objetos e sujeitos que dele participam para o plano da História, afastando-os de qualquer forma de naturalização.⁹

Nesse sentido, o conceito de “formação” pode ser lido, de maneira extensa, em títulos de livros que se propõem a investigar o processo de construção dentro de uma perspectiva evolucionista, engendrada por um positivismo nacional no Brasil. Os títulos pululam em obras de escritores, das mais diversas formações, na primeira metade do século XX como, por exemplo: *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁰, de Caio Prado Jr.; *Formação Econômica do Brasil*¹¹, de Celso Furtado; *Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*¹², de Raymundo Faoro; além de outras obras que, apesar da ausência do termo no título, tratam de linhas evolutivas que se costumam denominar de “formação”, como *Casa-Grande & Senzala*¹³, de Gilberto Freire e *Raízes do Brasil*¹⁴, de Sérgio Buarque de Holanda.

Portanto, estes argumentos sugerem que houve uma experiência intelectual básica, inserida em uma determinada tradição, justamente por estarem circunscritos em uma formação discursiva, historicamente constituída. O horizonte histórico descortinado aponta para uma noção de tempo evolutivo, calcado na ideia positivista de superação de um tempo por outro, “melhor” e contínuo. Portanto, enquanto “o uso do termo invenção remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a uma cesura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica”¹⁵, o uso do termo formação nos remete ao continuísmo, à construção da coletividade. Portanto, o termo formação, nos remete a enfatizar a ideia de que, todo evento histórico possui em seu âmago, em sua essência, relações sociais, discursos e relações naturais. Em contrapartida, o termo invenção, como já foi dito anteriormente, não valoriza os efeitos naturais.

Dialogando com estas discussões, inseridas no nosso trabalho, percebemos que o grande drama para os homens que queriam explicar a cultura nacional era encontrar, justamente, o momento de fomentação desta identidade cultural e nacional. Isto foi um verdadeiro impasse historiográfico, pois onde e quando realmente nasceu a cultura nacional e a identidade?

Em uma nação que foi colonizada, como o Brasil, que se configurou como uma cultura e literatura enxertada a partir de um “galho secundário” fica evidente a dificuldade de encontrar “a” origem. Destarte, para sedimentar o nosso trabalho, falaremos como a História se relacionou com a Literatura para a construção da nacionalidade brasileira. Sabemos que a história há muito tempo tinha medo de estabelecer alguma relação ou se aproximar com a Literatura, muito disso se deve, ao fato de no século XIX, a História ter alcançado o *status* de ciência, atuando no campo dos fatos, da realidade, da verdade, enquanto, a Literatura se configurou atuando no campo da ficção, da representação.

A questão da verdade em História também é impactada por esta discussão à medida que nos leva a problematizar a distinção entre fato e ficção, que durante quase dois séculos assegurou a separação entre o campo literário e o campo historiográfico¹⁶.

Entretanto, se a História atua no campo da realidade, da verdade, dos fatos, é lícito ressaltarmos, que todo evento e fato histórico vêm carregados de relações e variáveis naturais, de relações e tensões sociais, de discursos, que muitas vezes são negligenciadas pelo historiador, sendo que estes aspectos e práticas não podem ser reduzidos no labor historiográfico. Portanto, a História ela é um discurso, uma narrativa que não se configura

como uma verdade absoluta, homogênea, ela é a verdade de um grupo, em um determinado momento e local. Assim:

(...) a História, embora possa parecer, às vezes, homogênea, contínua, habitada pela semelhança, pela repetição, pelo mesmo, é trabalhada por dentro pela diferença, pela heterogeneidade, pela descontinuidade, pela justaposição de elementos, por relações, por eventos de distintas características. Como podemos acreditar ser possível isolar um fato econômico, de um fato cultural, ou um fato humano, de um fato natural¹⁷.

Respondendo a inquietação levantada acima, o processo de construção da identidade e cultura nacional iniciou-se no Brasil, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial, onde, fomentava-se a necessidade de se construir uma cultura nacional. Esta cultura e identidade nacional serão construídas principalmente entre os anos vinte e quarenta do século passado.

Porém, para se tornar possível e inteligível a construção da cultura e identidade nacional, era preciso conhecer o Brasil para saber como dizer, como ver e como pensar a nação. A dificuldade de transportes e de comunicação nesta época fazia com que as regiões brasileiras se isolassem e, ao mesmo tempo, desconhecêssem suas irmãs nacionais, o que dificultava o processo de formação da cultura nacional.

Portanto, talvez, por uma necessidade, ganha força na nação o estímulo ou o desenvolvimento dos vários regionalismos, assim, os *doutos*:

Buscam nas partes a compreensão do todo, já que se vê a nação como um organismo composto por diversas partes, que deviam ser individualizadas e identificadas. A busca da nação leva à descoberta da região como um novo perfil¹⁸.

Desta forma, para tal empresa, tornou-se pré-requisito para os *doutos* da nação a construção de possíveis leituras regionais que buscassem legitimar a construção de certos estereótipos sob a rubrica de uma origem nacional, alicerçada sobre certos costumes, modo de vida, práticas sociais e lugares de mundo. Em outras palavras, buscou-se forjar identidades díspares dentro de um mesmo território nacional. Para o autor Milton Santos, a identidade regional é tão importante, pois o lugar em que vivemos não se associa apenas a um conjunto de memórias de infância, explica o autor:

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, más

também é um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, más de comunhão que com ele mantemos¹⁹.

Logo, a construção do sentimento de lugar provocaria efeitos visíveis na organização e expressão de identidade e da cultura brasileira, uma vez que o sentimento de pertencer a um lugar, as construções de umas identidades e as manifestações desses sentimentos por meio das diferentes expressões culturais estariam intimamente relacionadas. Assim, na tentativa de se construir um sentido de nação, aflora-se os vários discursos regionais, evidenciando suas diferenças e identidades, dando materialidade a cada região. Cada região vai “tomar seus “costumes” como os costumes nacionais e tomar os costumes das outras áreas como regionais, como estranhos”²⁰.

É importante frisarmos, que na esteira da formação destes discursos, as obras literárias tiveram importância decisiva, sendo entendidos, sobretudo, como discursos, como produtoras da realidade, pois o discurso literário possui ressonância em todo o social, sendo instrumentos de produção de sentido e de significados. Portanto, corroboraram com a forma de ver e de dizer a realidade, ajudando a construir as imagens e os textos das regiões, criando desta forma uma identidade, uma homogeneidade, *apriori*, à região e posteriormente a nação.

Portanto, os romances foram entendidos nesse trabalho, enquanto, objetos culturais capazes de proporcionar as ferramentas necessárias para tornar inteligível a construção discursiva da nação. Neste sentido, os romances nos servirão mais do que documentos, mais, sobretudo, como monumentos discursivos *erigidos* por uma determinada classe dominante, detentora de um poder que não se alicerça só no Estado, mas também que perpassa todas as relações sociais e também econômicas. Desta forma, o processo de construção da identidade e cultura nacional deve ser entendido como fruto do discurso de um grupo que construiu uma ideia de homogeneidade nacional, a partir, de uma “identidade” discursiva.

¹ Graduado em História (UESB), Especialista em Teoria e História Literária (UESB), mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). email: johistoria@yahoo.com.br

² Pesquisas desenvolvidas sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Ricotta.

³ HALL, Stuart. *A Identidade na pós-modernidade*. (Tradução de Tomaz Tadeu e Silva e Guaracira Lopes Louro) – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 48.

⁴ Estamos interpretando este termo à luz dos letrados, da virada do século XIX para o XX, que eram autorizados a ver e a dizer, em locais específicos, entre o dizível e visível, como bem nos assevera Foucault: “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta,

o poder do qual nos queremos apoderar”. Ver FOUCAULT, Michael. *A Ordem do Discurso*. 17ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. – 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 41.

⁶ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 32.

⁷ HALBWACHS, op. cit., 36.

⁸ Mais adiante enfatizaremos os vários grupos envolvidos no processo de construção da nação, lembrando que foi no espaço da memória que se buscou formar uma ideia de identidade cultural, portanto, uma identidade nacional, fruto de um percurso imagético-discursivo.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Um Leque que Respira: a questão do objeto em História*. In: Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 19.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

¹¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1987. [Publicado originalmente em 1964]

¹² FAORO, Raymundo. *Os Donos Do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 4ª Ed., 1977.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da sociedade patriarcal*/Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 50ª ed. Ver. – São Paulo: Global, 2005.

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. – 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit. p. 20.

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit. 12.

¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit. 31.

¹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, p. 41.

¹⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 61.

²⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit. 42.